

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: O LUGAR DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

PUBLIC EDUCATION POLICIES: THE ROLE OF TEACHER EDUCATION IN THE PROCESS OF SOCIAL TRANSFORMATION

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCATIVAS: EL PAPEL DE LA FORMACIÓN DEL PROFESORADO EN EL PROCESO DE TRANSFORMACIÓN SOCIAL

Fernando César dos Santos¹

DOI: 10.54899/dcs.v23i93.6561

Recibido: 10/07/2026 | Aceptado: 04/08/2026 | Publicación en línea: 11/08/2026.

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar o papel da Formação de Professores e a necessidade de revisão dos currículos destas licenciaturas. Para isso, levamos em consideração as reflexões acerca das demandas do mercado e do capital financeiro, no interior de um sistema capitalista dependente, como é o caso do Brasil, e como estas demandas, via políticas de financiamento à educação, determinam as políticas públicas educacionais. Destacamos a importância dessa pesquisa e de seus resultados sobre políticas de financiamentos e de avaliação da educação, e a sua relação com a formação de professores. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica, com enfoque narrativo, a partir de autores nacionais e internacionais, tais como Accioly, Alves, Evangelista, Frigotto, Shiroma entre outros. Como antídoto, defendemos a presença dos Estudos Culturais no currículo de formação docente, com o objetivo de construção de um contra-discurso, capaz de dissolver a lógica de “mercadoria”, associada à educação. As pesquisas relacionadas a esse campo de estudo tiveram extrema importância na construção de uma perspectiva inter/transdisciplinar em especial aquelas relacionadas diretamente a Formação e de Professores. Acreditamos que os discursos hegemônicos possam ser desconstruídos em prol de uma educação plural e descentralizada de padrões pré-estabelecidos e considerados como “naturais” em uma ordem capitalista.

Palavras-chave: Formação de Professores. Financiamento. Educação. Currículo.

ABSTRACT

This study aims to analyze the role of teacher education and the need to revise the curricula of these degree programs. To this end, we take into account reflections on the demands of the market and financial capital within a dependent capitalist system, such as that of Brazil, and how these demands—through education funding policies—shape public education policies. We highlight the importance of this research and its findings regarding education funding and assessment policies, and their relationship to teacher education. To this end, we conducted a narrative-based literature review drawing on national and international authors, such as Accioly, Alves, Evangelista, Frigotto, Shiroma, and others. As an antidote, we advocate for the inclusion of

¹ Doutor em Pedagogia, Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luis, Maranhão, Brasil.
E-mail: nandouema72@gmail.com

Cultural Studies in the teacher-training curriculum, with the aim of constructing a counter-discourse capable of dismantling the “commodity” logic associated with education. Research related to this field of study has been of extreme importance in constructing an inter/transdisciplinary perspective, especially that directly related to teacher education. We believe that hegemonic discourses can be deconstructed in favor of a pluralistic education that is decentralized from pre-established standards considered “natural” within a capitalist order.

Keywords: Teacher Education. Funding. Education. Curriculum.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar el papel de la formación del profesorado y la necesidad de revisar los planes de estudios de estas titulaciones. Para ello, tenemos en cuenta las reflexiones sobre las exigencias del mercado y del capital financiero, en el marco de un sistema capitalista dependiente, como es el caso de Brasil, y cómo estas exigencias, a través de las políticas de financiación de la educación, determinan las políticas públicas educativas. Destacamos la importancia de esta investigación y de sus resultados sobre las políticas de financiación y evaluación de la educación, así como su relación con la formación del profesorado. Para ello, se llevó a cabo una investigación bibliográfica, con un enfoque narrativo, basada en autores nacionales e internacionales, como Accioly, Alves, Evangelista, Frigotto y Shiroma, entre otros. Como antídoto, defendemos la presencia de los Estudios Culturales en el plan de estudios de la formación del profesorado, con el objetivo de construir un contradiscurso capaz de disolver la lógica de la «mercancía» asociada a la educación. Las investigaciones relacionadas con este campo de estudio han tenido una importancia fundamental en la construcción de una perspectiva inter/transdisciplinar, especialmente aquellas relacionadas directamente con la formación del profesorado. Creemos que los discursos hegemónicos pueden desmontarse en favor de una educación plural y descentralizada, alejada de los patrones preestablecidos y considerados «naturales» en un orden capitalista.

Palabras clave: Formación del Profesorado. Financiación. Educación. Plan de Estudios.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

Abordar questões relacionadas a formação de professores é valorizar e reconhecer a sua importância para a sociedade, pois é inegável o papel dos professores para o fortalecimento de grupos que, por motivos políticos ou socioculturais, não participam amplamente de todos os espaços sociais, pois sobre eles pesa um preconceito histórico e ideológico que ainda persiste, em muitos casos pela falta de políticas educacionais que se relacionam com a qualidade da formação de professores e com o seu papel na reprodução ou transformação social. Para isso,

cabe analisar o papel dos estudos culturais na formação docente pois, acreditamos, eles possuem importância singular na construção de um professor capaz de ter mais compromisso acerca das demandas sociais e as reais necessidades de mudanças, pois se ocupa do estudo dos diferentes aspectos da cultura, além de envolver outras disciplinas. Dessa forma, identificar e pensar sobre sua própria atuação e seu papel social, deve ser fator presente nos cursos de formação de professores, para que as práticas de exclusão, que são ofensivas e opressoras e que colaboram com a hegemonia de uma classe social sobre a outra, possam ser desconstruídas a partir da sala de aula.

Nesse contexto, entendemos ser necessário um debate cada vez mais amplo com a finalidade de promover uma intervenção nos currículos, o que possibilita gerar reflexo nas reformas e nas políticas educacionais que acontecem a todo momento e que, conseqüentemente, atingiria à formação de professores. Ações como essas, devem manter um fórum de debate contínuo, colaborando para desenvolver a compreensão e valorização das diferenças sociais. Nesse sentido, a presença dos estudos culturais devem seguir uma regularidade com a finalidade de se “naturalizar” esses debates nas universidades mas, principalmente, nos cursos de licenciatura, voltados para a formação de professores.

Assim, é necessária a promoção de uma maior reflexão que leve a um debate profundo sobre os processos de desigualdades que são acirrados no contexto social, e que devem ser analisados no sentido de desenvolver meios que favoreçam a compreensão, por parte de professores e alunos. No contexto da formação de professores, esses debates devem ter a

finalidade de analisar as questões relacionadas aos discursos sobre os mais diferentes tipos de preconceitos sociais, decorrentes das suas contradições históricas, dos projetos políticos hegemônicos ou de uma visão ilusória de homogeneidade. Para tanto, é necessário que os professores recebam uma formação que possibilite uma visão mais crítica perante os discursos carregados das ideologias dominantes que são apresentados para eles por meio dos materiais didáticos. Essa falta de criticidade que, acreditamos, decorre em grande parte de vazios na sua formação, que atende apenas às classes hegemônicas. Aqueles que são os dominados resta a compreensão de que somos desiguais devido a nossas próprias falhas e a nossa falta de motivação, e não em decorrência de desigualdades históricas e estruturais, de uma construção política/social/cultural desigual fruto de projetos políticos e narrativas dominantes. Portanto, no interior do debate sobre a formação de professores, vamos analisar de que forma os estudos culturais podem colaborar para a construção de docentes mais comprometidos e atentos aos

problemas sociais e que possam contribuir com esses debates.

METODOLOGIA

Este artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica que tem como fundamento o contexto das políticas públicas educacionais, responsável por desenvolver a formação de professores e em consequência contribuir com o processo de transformação da sociedade.

Portanto, o objetivo deste artigo.

Para a compreensão desses estudos, o artigo tem como metodologia a pesquisa bibliográfica, que vem sendo utilizada com frequência em pesquisas na área educacional, não podendo ser confundida com o resumo ou revisão da literatura, como destaca Lima e Miotto (2007). Essa metodologia de pesquisa ocorre por meio de diversas fontes bibliográficas com a finalidade de buscar a compreensão do objeto de pesquisa, atuando como uma lente que permite apreender o objeto a ser analisado.

A utilização da pesquisa bibliográfica requer a leitura e análise do material com cuidado e rigor necessário para encontrar os resultados. Segundo Gil (2010), quatro tipos de leituras são necessários para compreender os estudos aqui relacionados, leitura exploratória, seletiva, analítica, interpretativa e a exploratória, e por meio dessas leituras que vamos compreender os diversos autores que fundamentam esse artigo, tais como, Accioly (2021), Alves (2017), Evangelista (2011, 2021), Frigotto (2015), Shiroma (2015, 2018), entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A formação de professores, diante dos processos educacionais, devem ter uma base legal e teórica bem fundamentada possibilitando uma clareza nas normas/leis que tratam da educação pública. Colaborando com resultados sólidos e democráticos, proporcionando um aprendizado capaz de mudar comportamentos e levando a uma nova compreensão do mundo, essa abordagem deve ser construída de maneira crítica, analisando e debatendo as ideologias das classes dominantes que marcam profundamente o contexto educacional, dificultando o desenvolvimento da emancipação dos seus participantes, mantendo e fortalecendo as diferenças sociais, naturalizando uma única perspectiva, a dominante, impossibilitando assim outros olhares sobre a realidade e o mundo.

Inúmeros intelectuais e o Estado, nos anos 20 e 30 do século passado, responderam segundo os interesses dominantes, da burguesia industrial, e da democracia, muito rapidamente transformada na ditadura estadonovista de Vargas. Atualmente, a encruzilhada então anunciada permanece em sua essência. Embora as forças litigantes apareçam muitas vezes dissolvidas na designação “ricos e pobres”, é a relação CapitalTrabalho que está em questão. Governos e intelectuais orgânicos burgueses respondem de forma articulada com o capital. De um lado, dos “ricos”, reestruturaram a economia, privilegiaram o capital financeiro, apostaram na exportação de commodities e alcançaram a sétima posição na economia mundial (MARS, 2015); de outro, dos “pobres”, atualizaram as políticas sociais, criaram programas de combate à pobreza, retiraram direitos, baixaram salários, exibindo, em 2014, a 79ª posição (BRASIL..., 2014) no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU). No âmbito educacional, brotaram medidas e ressignificações de outras, tendo em vista formar o “cidadão proativo, empreendedor, empoderado”. (Shiroma, 2015)

Foram esses os avanços promovidos, resultados da compreensão do que seria ideal para os professores, desenvolvidas pelas políticas públicas educacionais de formação de professores, que nesse sentido não colabora com a formação intelectual dos professores, indo na contramão dos discursos que desejamos para projetar na sociedade as realizações somente possível por meio da educação. Esses projetos políticos dos dirigentes atinge a perspectiva da qualidade da formação do professor, tirando a sua possibilidade de compreender as novas metodologias, procedimentos e políticas educacionais, que seria a base para a construção de novos conhecimentos e de uma prática educativa mais crítica e verdadeiramente emancipadora.

Segundo Shiroma (2015), o que parece um contrassenso é, na verdade, uma expressão das recomendações de Organizações Multilaterais (OMs) visando atingir a qualidade da “educação de classe mundial”. Na verdade, isso significa uma determinação de cortes de gastos com a educação, sobretudo no que se refere à contratação de professores. As políticas de expansão do Ensino à Distância, que chegou até mesmo à pós-graduação *Stricto Sensu*, tornam evidente esta política. É bastante questionável, portanto, as intenções de aumento de qualidade.

Essas recomendações de uma educação para o empreendedorismo, promovidas com a finalidade capitalista de contenção de gastos na educação pública, mascara o ideal de formação de cidadãos para o mercado de trabalho, para a reprodução do sistema capitalista. Acreditamos que uma forma de amenizar os efeitos de tais políticas é o incentivo às atividades que possam propiciar conhecimentos necessários que atendam às diferentes etnias, identidades, culturas, idades e às diversas características que são encontradas no meio social, sem perder de vista o amplo debate capaz de colaborar com a escola e afastar dessa o discurso que seleciona e prioriza determinados saberes, valores e práticas e que somente contribui para a dominação de um determinado segmento da sociedade. Na verdade, deveríamos contar com uma real

democratização de saberes e com a equidade de conhecimentos, onde a diversidade social seja apresentada como a regra, e não a exceção. E que não leve em conta apenas uma constatação da diversidade, mas uma desconstrução da hierarquização de saberes, vivências e práticas. Contudo, o que é disponibilizado como uma formação que vai promover mudanças significativas, é colocado em prática como a solução ideal para evitar um pretensão “apagão de professores” (Shiroma 2015). Para isso:

[...] saídas emergenciais foram providenciadas, entre as quais o aumento da oferta de cursos rápidos, incluindo a Educação a Distância (EaD), majoritariamente e escandalosamente oferecida pela esfera privada. No Colóquio Formação dos Professores da Educação a Distância, por ocasião da Conferência Nacional de Educação (Conae), em 2010, o Secretário da Educação a Distância do Ministério da Educação (MEC) naquele momento, Carlos Eduardo Bielschowsky, afirmou que o Brasil estava operando “uma mudança significativa no quadro da educação brasileira, dando [aos] professores uma oportunidade de formação” (Brasil, 2010). Em 2007, o MEC lançou o documento *Escassez de professores no Ensino Médio: propostas estruturais e emergenciais*, no qual afirma: “Não dá para enfrentar a falta de professores no Ensino Médio sem colocar na agenda os novos meios de comunicação, principalmente devido ao grande déficit atual e às dimensões continentais do Brasil, mas é preciso verificar e garantir o sucesso e a eficiência desses métodos.” (Ruiz; Ramos; Hingel, 2007, p. 22).³ Além disso, presenciamos a reconversão institucional dos Ifets em agências de formação docente, estimulados a criar instantaneamente cursos de licenciatura, especialmente nas áreas das ciências em função dos interesses econômicos. (Shiroma, 2015)

Nesse contexto de um discurso de modernidade e, conseqüentemente, de valorização e exaltação da tecnologia que se destaca, como a salvação da “crise” em que vive a educação, a possibilidade de oferta maciça de cursos de Formação de Professores. Entretanto, cabe analisar o papel dessas ações “emergenciais”, onde a Educação a Distância (EaD) passa a ser protagonista, assumindo o lugar de primeira opção nessa expansão dos cursos de formação de professores. Cabe aos envolvidos, professores, alunos e sociedade em geral, debater essa formação, como ela está sendo aplicada e que resultados, de fato, ela produz. Além, é claro, de investigar as reais intenções por trás dos discursos de “qualidade na educação”. É preciso que os professores sejam capazes de desenvolver uma contra-hegemonia, um contra-discurso capaz de interferir nesse projeto capitalista. Assim, segundo Veiga-Neto (2000) “não adianta querer executar um projeto que, mesmo parecendo idealisticamente bom, está baseado em premissas problemáticas”.

Ainda, segundo Veiga-Neto (2000) essa crise por que passa a educação e que buscam debater, tem, na escola, uma de suas responsáveis pelo seu papel de reprodução social dos interesses das classes dominantes. Entretanto, a escola não deve ser tida como a única

responsável pela desconstrução deste projeto excludente que visivelmente está em crise. Esses debates podem e devem ser desenvolvidos, também, em outras instâncias da sociedade. Um projeto de desconstrução dessas estruturas desiguais deve ser abraçado por diversos segmentos, não por ser difícil de ser concretizado somente pela educação, mas por ter uma importância para os diversos segmentos da sociedade.

Para compreendermos as contradições existentes e inerentes a este sistema é que, acreditamos, são importantes os estudos culturais. É evidente o interesse acadêmico, haja vista a crescente quantidade de pesquisas que abordam essas políticas educacionais e que são desenvolvidas no interior dos diversos segmentos da sociedade buscando uma coesão nos debates, resultando em documentos a serem inclusos em leis, políticas públicas e no próprio currículo das escolas e das Universidades, Centro de Estudos e Institutos, além de ONGs que promovam esses debates, sim.

No contexto da globalização – necessidade aparentemente iniludível – e da ampla circulação internacional de modelos educacionais, o BM (2010) lida com o conceito de “educação de nível mundial” (world class education). Trata-se de um conceito operacional para justificar a necessidade de avaliação da educação no planeta. Sua aparente universalidade oculta as particularidades das políticas e processos educativos em diferentes países assentados nos interesses econômicos e políticos que balizam a divisão internacional do trabalho. No caso brasileiro, apresenta ufanista avaliação da política educacional dos governos FHC e Lula e prescreve tarefas para o Estado nos próximos dez anos: formação e gestão dos docentes para monitorarem o preparo da próxima geração de trabalhadores. 4 O Banco (2010) é explícito em suas indicações para o sistema educacional brasileiro: elogia programas inovadores, iniciativas do setor privado, inversões em novas tecnologias; identifica carência de pesquisas de custoefetividade para orientar investimentos e políticas na área; ressalta que Minas Gerais, Pernambuco e o município do Rio de Janeiro, locais em que patrocina projetos, oferecem bons exemplos de novos enfoques, especialmente na educação secundária: o equilíbrio entre o conteúdo acadêmico e o vocacional. (Shiroma, 2015)

Nesse contexto, é necessário compreender o processo de globalização, conceitos e mudanças de conjuntura econômica/social/cultural, como se desenvolvem e seus resultados e efeitos que eles podem causar para a educação. Esse processo pode causar mudanças desastrosas para educação, devido a sua finalidade avaliativa de ter os resultados como parâmetro para o aumento de incentivos financeiros ou para a retirada desses incentivo. Assim, é necessário compreendermos esses movimentos e desenvolvermos debates que possam resultar em ações políticas capazes de reverter essas políticas educacionais de caráter econômico, nos países envolvidos. Essa mobilização deve focar em resultados práticos para o processo democrático, resultado dos debates que respeitam as diversas manifestações de grupos sociais, gêneros, e

processos educacionais que colaborem para o desenvolvimento da sociedade. Portanto, é necessário criarmos métodos que evitem processos de alienação capazes desestruturar o aprendizado dos sujeitos, favorecendo assim a prática pedagógica baseada em ideologias dominantes.

Assim é que o financiamento educacional, como parte integrante dessa nova regulação, repercute igualmente sobre o professor, tendo em vista o entendimento compartilhado em várias instâncias governamentais, nos âmbitos federal, estadual e municipal, de vinculá-lo ao desempenho apresentado pela escola, incluindo os alunos e, em alguns casos, também os professores. Assim, o desempenho é mensurado pelo atendimento de metas estabelecidas, condicionando os valores monetários a serem repassados à escola, aos resultados obtidos por ela. O modelo de avaliação em larga escala está relacionado com a demanda de um maior controle do Estado sobre o currículo, sendo mais uma forma de regulação do sistema escolar, além de possibilitar indicadores que direcionem os recursos aplicados na área, já que viabilizam uma maior padronização do rendimento escolar e um controle dos resultados obtidos nos diferentes níveis educacionais. Isso favorece a tomada de decisões em relação aos recursos a serem aplicados na esfera educacional. (Maués, 2012)

Pensar em uma educação de qualidade é pensar nos atuais processos de globalização e nas novas determinações e necessidades do Capitalismo. É necessário refletir e refazer o caminho que ainda não foi feito em sua totalidade. Assim precisamos repensar as políticas públicas, as práticas pedagógicas, os processos avaliativos e, sobretudo, os currículos atendendo, assim, às expectativas de todos e proporcionando à educação os parâmetros fundamentais para realizar as mudanças esperadas. Esse é um papel fundamental dos debates da modernidade, ou seja, dar voz àqueles grupos que, historicamente, foram silenciados e subjugados (mulheres, negros e negras, homossexuais, pessoas com necessidades especiais, trabalhadores rurais, entre outros). Esse é o cenário que temos e que promove, ou deve promover, debates multiculturais, pois essas políticas econômicas de financiamento e de avaliação sistemática dos processos educacionais nos levam a compreender os diversos sentidos das representatividades sociais dos sujeitos.

Nesse contexto, segundo Maués (2012) a regulação das políticas de formação é representada por normas, portarias, discursos, procedimentos de uma instância com autoridade para exercer esse papel. “Isso significa que, para ser aceita a regulação, é necessário incluir o sentido de “autoridade reconhecida”, ou seja, o conjunto das regras é formulado por um poder que é aceito, e que pode ser, em última instância, o Estado, ou o governo [...]” (Maués. 2012), ou, por meio do próprio sistema educacional em sentido amplo e até no mais particular a escola. Essa regulação tem como preocupação principal ajustar os interesses do Estado e do mercado. E a preocupação principal deveria ser a emancipação do sujeito e a transformação social,

extinguindo as desigualdades.

Podemos perceber como as perspectivas multiculturais, interdisciplinares, transdisciplinares que são, hoje, quase unanimidade entre os pesquisadores das ciências humanas e sociais, devem muito aos Estudos Culturais surgidos no final dos anos 50. O diálogo entre várias áreas do saber são fundamentais para uma compreensão mais global e plural da sociedade. E essa perspectiva é fundamental também para a educação, tendo suas discussões e reflexões espaço necessário nos currículos e na formação dos professores.

Nesse contexto que estamos analisando, pensar as disciplinas e como elas devem estar organizadas e fundamentadas é uma das nossas preocupações. Consideramos a educação o meio possível e fundamental para o debate dos assuntos relacionados aos Estudos culturais e as suas implicações, pois os espaços de educação são parte fundamental na valorização e debate de conceitos que antes não eram colocados pois hierarquizava as vozes e identidades sociais, mascarando os conflitos e interpretações sociais dissonantes.

São muitas as transformações pelas quais o mundo passou nos últimos 60 anos e essas mudanças incidiram de forma contundente no trabalho docente. Essas novas realidades são objeto de análise e precisam integrar o currículo de formação dos professores. Assim, acreditamos na importância da análise desses estudos para que os docentes sejam capazes de lidar, no campo da educação, com todas essas transformações.

Para pensarmos no professor e no contexto em que está inserido, é preciso pensar também sobre as relações entre cultura, pedagogias, escola e sujeitos escolares. Para isso, o auxílio virá dos autores que se dedicam a investigar os fenômenos políticos/econômicos/sociais de hoje e suas relações com a educação e as políticas que se desenvolvem em sentido amplo.

De acordo com a Estratégia de Educación 2020 (Banco Mundial, 2011), a agência destaca que os resultados apresentados pelo Brasil Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), estão inferiores aos resultados dos outros países da América Latina. Esse resultado foi usado para a proposição de novos mecanismos que vão contribuir para gerenciamento de possíveis mudanças, inclusive em relação ao conceito de “sistema educativo”. Contribuindo para que esse conceito seja ampliado, oportunizando aprendizagem para crianças, jovens e adultos, podendo ser financiados pelo Estado ou por entidades particulares, empresas privadas, organizações filantrópicas e aquelas ligadas a entidades religiosas, dessa forma:

O novo conceito incluiria programas formais e não formais de ensino ou qualificação, professores, capacitadores, administradores, empregados, usuários, normas,

regulamentações e políticas, ademais de recursos e mecanismos financeiros. Com esse novo conceito, alinhar-se-iam o “bom governo, a gestão e as normas financeiras e os mecanismos de incentivos sob a alegação de, com isso, gerar educação para todos”. A proposta é simples: mudar as relações de responsabilidade entre os envolvidos, avaliar e dar continuidade ao que vem dando certo. “Tais mudanças estão atreladas à ajuda técnica e financeira do Banco.” (Banco Mundial, 2011). Coloca-se aqui, pois, a mudança do conceito de “sistema público de ensino” para “sistema de ensino”, mudança aparentemente sutil que oferece as condições para a transferência de recursos públicos para instituições privadas. Essa tendência aparece claramente formulada no documento da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE-PR), na Iniciativa número 8, a qual sugere, como saída possível para os problemas em pauta, o “aproveitamento de instrumentos jurídicos como as Organizações Sociais e as Sociedades de Propósito Específico [...]” (Brasil, 2015, p. 23), desdobramento da Lei das Parcerias Público-Privada, nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (Brasil, 2004). (Shiroma, 2010).

As recomendações/imposições são decorrentes de políticas de interesse econômico internacional, que indicam o seu acolhimento em países de capitalismo dependente, que necessitam de incentivo financeiro para que possa cumprir suas metas de implementação, não somente de políticas educacionais, mais de mercado também. É importante destacar que nesse cenário a formação de professores, assim como as formações continuadas para professores, são vistas nesse processo como mercadorias, prontas para serem negociadas por capital estrangeiro, que por meio das ideologias dominantes, ressignificam os conteúdos, as avaliações e o currículo, perpetuando assim o discurso hegemônico característico das classes mais privilegiadas da sociedade.

Assim, é fundamental que a educação seja o espaço de rejeição da padronização e da valorização de políticas capitalistas e de múltiplos interesses de mercado, contribuindo e desempenhando o seu papel para a formação de sujeitos preocupados com a coletividade e com a extinção das desigualdades e preconceitos.

Esse intento tão estratégico para o capital – controle da formação e do trabalho docentes – não pode ser negligenciado nos debates sobre emancipação social. Considerando as necessidades de reprodução do capital nele contidas, criticamos a abordagem instrumental da Educação como um meio – um recurso para a viabilização do projeto histórico capitalista – e a tentativa de intervir no trabalho docente por meio da avaliação de resultados, gerando um processo de reificação, ademais de produzir uma indébita e vergonhosa expropriação do conhecimento e do saber-fazer⁵ dos professores. Embora denominados “protagonistas da reforma” (Alves, 2011), professores e seu trabalho são, ao inverso, alvo privilegiado das políticas educativas de controle nas últimas décadas. (Shiroma, 2010)

A contribuição das pesquisas sobre a formação de professores, portanto, se evidencia, sobretudo, no convite a reflexão e reexame de saberes e valores tidos como “naturais” e verdades intocáveis, reafirmadas a cada ciclo por políticas públicas atreladas aos interesses de classes que

promovem uma educação de caráter hegemônico e elitista, tirando a possibilidade de aprendizados emancipadores àqueles que não estão inseridos, de fato, no contexto escolar. Essas políticas educacionais, hegemônicas e alienantes, alimentam as desigualdades e hierarquias de saberes e modos de vida. A educação pública brasileira, desenvolvida por meio de políticas de financiamento e de processos de avaliação, constroem teorias sociais mais próximas aos grupos e leituras de mundo mais humanizadas. Perspectivas muito importantes para a educação e formação dos sujeitos.

Precisamos exercitar o pessimismo da inteligência gramsciano para enfrentarmos a objetividade histórica em sua totalidade munidos do otimismo da vontade sobre a base de um projeto político contra hegemônico que retire o professor do lugar gerenciado em que se encontra e a classe trabalhadora de sua subalternização ao capital. É necessário contrarrestar o capital educador. (Pereira, 2019)

Muitos estudos sobre a formação dos professores apontam, também, que a educação é responsável pela crise em que vivemos, uma crise da modernidade, como alguns apontam. Por isso, tudo é creditado na conta da educação e, por outro lado, os próprios educadores, muitas vezes, encontram nos agentes externos - governos, políticos, sociedade, baixos salários, más condições de trabalho - os verdadeiros responsáveis pela crise na educação. Podemos apreender daí que a educação e, logo, a formação de professores realmente contribui para um processo de reprodução das desigualdades e, com isso, para acirramento das crises. Mas, ao mesmo tempo, os problemas na formação docente estão relacionados a políticas e projetos que visam a reprodução social, tal como ela serve ao capitalismo. Esta “roda de Sansara” precisa ser interrompida. Esse olhar pessimista, no entanto, colabora com uma visão crítica dos processos e das ações internas desenvolvidas pelo governo. Assim, possível considerar que de acordo com essa nova regulação passa pela gestão, financiamento e avaliação do sistema educativo, envolve o professor, que passa a exigir dele um novo perfil e uma formação que atenda a essa configuração que passa a atender as novas exigências, que decorrem, das mudanças em relação ao sistema educativo, e de novas fontes de informação alternativas à escola, além das relativas aos conteúdos curriculares e do novo perfil que o mundo do trabalho exige do professor, dessa forma.

As mudanças que estão ocorrendo na formação e no trabalho docente são resultantes de várias injunções que incluem o próprio fenômeno da globalização, bem como as mediações feitas em nível local que tentam ajustar-se às realidades menores. Para alguns, é uma nova ordem social que se implanta trazendo consequências para todos os

aspectos que envolvem a sociedade, dentre eles, o fenômeno educacional. Por isso, essa nova regulação (gestão, financiamento e avaliação) foi estabelecida para as políticas educacionais, compreendendo o processo de produção de regras e de orientação das condutas dos atores, sendo uma espécie de apropriação situada dessas regras, o que significa adaptá-las ao contexto em que elas serão vivenciadas. (Maroy; Dupriez, 2000). Essa compreensão é de que a regulação representa um conjunto de mecanismos que vai permitir o controle, através do qual um determinado sistema busca manter o equilíbrio. (Maués, 2012)

As tensões e conflitos permanentes no ambiente escolar são, portanto, evidência de que apesar dos avanços nas investigações no âmbito acadêmico, essas discussões ainda são insuficientes ou possuem pouco alcance ou ressonância. Precisamos nos questionar sobre as razões deste fenômeno, nesse sentido.

Na área da educação, a regulação tem se baseado, prioritariamente, na descentralização das ações acompanhada da avaliação dos resultados e da centralização de decisões relativas ao processo pedagógico como o currículo, as formas de certificação. Dessas duas bases centrais – descentralização/gestão e avaliação – derivam outras formas intermediárias de regulação que estão presentes na educação e que as diferentes políticas estabelecidas procuram dar conta desse novo formato, resultante da adaptação do sistema ao mercado globalizado. (Maués, 2012)

Nesse contexto, é fundamental, portanto, que nas pesquisas relacionadas ao financiamento e à avaliação educacional, desenvolvidas por meio de políticas internacionais de mercado, que nós, educadores, encontremos material de pesquisa adequado para fundamentar as nossas ideias e, assim, lutar contra a percepção hegemônica de sociedade e de cultura. Essa concepção crítica deve caminhar na direção de uma luta contra o discurso dos grupos dominantes e das culturas consideradas como as únicas válidas. No interior desta questão está o problema dos currículos repletos de discurso das camadas dominantes que devem ser analisados por meio de uma visão contra-hegemônica.

O interesse em influenciar a formulação das políticas para a formação docente pode ser entendido como uma manifestação fenomênica deste processo cujas determinações econômicas ficam ocultas aos educadores, gestores e grande público. Os experts dessas agências multilaterais divulgam que, para se alcançar as metas da Educação para Todos, os países precisam monitorar os resultados de aprendizagem dos alunos e investir na aferição da qualidade do professor. (Shiroma, 2018)

Assim, fica evidente o papel da educação na reprodução de uma ideologia voltada para o mercado de trabalho mascarando a diversidade cultural. Contudo, deveríamos nos organizar em torno de um discurso educacional de questionamento de valores globalizantes e homogeneizantes, incentivando conteúdos de formação e afirmação do papel social do professor.

Politicamente falando, acreditamos na defesa de que o professor deve ser autônomo, intelectualmente falando, no sentido de pensar os caminhos da educação e participar de forma ativa nos processos de seleção, organização, distribuição e hierarquização em todas as esferas do conhecimento teórico e na prática das lutas por uma educação mais inclusiva, mais coletiva e política. Associada aos problemas e preocupada com os conflitos e desigualdades sociais. Para isso, a formação docente precisa passar por uma reformulação dos currículos que incluam os estudos culturais mas, também, por uma formação para a pesquisa. O professor deve ser, também, um investigador de seu cotidiano escolar e de educador e estar atento às condições conjunturais que moldam sua prática e discurso. Deve, portanto, associar teoria e prática, em uma *praxis* dialética importantíssima para os tempos de hoje. Assim, acreditamos ser necessário que os currículos de formação docente incluam alguns eixos importantes associados à capacidade de construção, por parte do professor, de um olhar para a diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar da formação de professores e contribuir para o fortalecimento da sua importância para os dias atuais. É fundamental para compreender a o papel docente no contexto social, resultando em uma maior compreensão das diferenças sociais e culturais que antes não eram debatidas, tendo em vista a o silenciamento presente nos currículos, acerca das desigualdades entre grupos, classes, etnias etc., e as suas reais causas. Esse artigo priorizou, portanto, o debater sobre a importância da formação docente e os estudos sobre essa formação, propondo a necessidade de inclusão dos estudos culturais nos currículos das licenciaturas.

Entretanto, compreender as políticas educacionais e os currículos de formação de professores é compreender as políticas de mercado, pois significa proporcionar um debate mais amplo onde é possível contrapor posições que antes não eram possíveis de serem confrontadas. Repensar a formação de professores significa abrir possibilidade de espaço, de fala, de representatividade nos currículos escolares, àqueles que não as tinham, seja devido a classe social que fazia parte, por exemplo. Essas questões foram colocadas em debate pelos estudos culturais e deles resultaram novas formas de conhecimento e de educar, daí a necessidade de uma educação mais plural que atenda os anseios da sociedade por meio de uma educação de qualidade. E daí a importância, também, destas preocupações fazerem parte da Formação dos Professores.

Foi nesse sentido e para pensar sobre a formação dos professores que lançamos mão

desses estudos de maneira crítica, com a finalidade de contribuir com educadores mais preparados, capazes de produzir transformações profundas, estruturais, em uma sociedade que cada vez mais anseia por uma maior equidade entre as classes sociais.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, I.; LAMOSA, R. A. C. As Competências Socioemocionais na Formação da Juventude: Mecanismos de Coerção e Consenso frente às Transformações no Mundo do Trabalho e os Conflitos Sociais no Brasil. **Vértices**, v. 23, n. 3, p. 706-733, 2021.

ALVES, M. C. Rede Kipus e a construção do consenso: o protagonismo docente. In: EVANGELISTA, Olinda; SEKI, Allan Kenji. (Org.). **Formação de professores no Brasil: leituras a contrapelo**. 1 ed. Araraquara/SP: Junqueira & Marin Editores, 2017.

EVANGELISTA, O. **Dos protagonistas a obstáculos: aparelhos privados de hegemonia e conformação docente no Brasil**. Outubro 35: Revista de Estudos Socialistas, São Paulo, v. 35, p. 164-194, outubro de 2021.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. **Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo**. In: CEA, Georgia Sobreira; RUMMERT, Sônia Maria; GONÇALVES, Leonardo Dorneles. (Org.) **Trabalho e educação: interlocuções marxistas**. Rio Grande do Sul: Ed. da FURG, 2019.

EVANGELISTA, O.; SEKI, A. K.; SOUZA, A. G. O crescimento perverso das licenciaturas privadas. In: EVANGELISTA et. al. **Desventuras dos professores na formação para o capital**. Campinas: Mercado das Letras, 2019.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas**. Revista Trabalho Necessário, ano 13, n. 20, p. 206- 233, 2015.

FONTES, V. **Gramsci, Estado e sociedade civil: anjos, demônios ou lutas de classes?** Revista Outubro, São Paulo, n. 31. p. 217-232, 2º sem, 2018.

Gil, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GATTI, B. A. et al. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019.

HYPÓLITO, A.M. BNCC, Agenda Global e Formação Docente. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 187-201, jan./mai. 2019.

Lima, T.C.S de; Mioto, R.C.T. **Procedimentos metodológicos na construção do científico: Katál**, Florianópolis, v.10, spe, 2007.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Formação humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 10,

n. 20, julho/dezembro de 2015

SHIROMA, E. O. Gerencialismo e formação de professores nas agendas das Organizações Multilaterais. Momento: diálogos em educação, E-ISSN 2316- 3100, v. 27, n. 2, p. 88-106, mai./ago, 2018.

OLIVEIRA, Anna Luiza Araújo Ramos Martins de. Os estudos culturais e a questão da diferença na educação. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 34, n. 20, p. 33-62, jan./abr. 2009.

MAUÉS, Olgaíses Cabral; CAMARGO, Arlete Maria Monte de. Marcos regulatórios nas políticas de formação e valorização docente pós-LDB. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 42, n. 28, pp. 149-174, jan./abr. 2012.

MAUÉS, O. C. M. Reformas internacionais da educação e formação de professores. In: SOUZA; Denise Trento Rebello; SARTI, Flávia Medeiros (Org.). **Mercado de formação docente**: constituição, funcionamento e dispositivos. 1ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

McLAREN, Peter. **Multiculturalismo revolucionário**: pedagogia do dissenso para o novo milênio. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

PRONKO, M. A. **Modelar o comportamento**: novas estratégias do Banco Mundial para a educação na periferia do capitalismo. Revista Trabalho, Política e Sociedade. v. IV, n. 6. p. 167-180, jan-jun, 2019.

RODRIGUES, M. M. Matrizes e repercussões da educação ao longo da vida como política educacional. In: EVANGELISTA, Olinda. (Org.). **O que revelam os slogans da política educacional**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2014.

VEIGA-NETO, A. (2000). “Michel Foucault e os estudos culturais”. In: Costa, M. V. (org.). **Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema**. Porto Alegre, Ed. UFRGS.